

O FUTURO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

À frente da Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, Alceu Torres tem um grande desafio: fortalecer ainda mais o MP

Foto: Arquivo MPMG



“O doutor Alceu Torres tem experiência fortemente consolidada ao longo da administração do procurador-geral, doutor Jarbas Soares. E acredito que ele aponta também para o futuro do Ministério Público.” Essas palavras foram ditas pelo governador Aécio Neves, no dia da posse do procurador de Justiça Alceu José Torres Marques como procurador-geral de Justiça do Estado, ao explicar a difícil tarefa de ter que optar por apenas um nome de uma lista tríplice das mais qualificadas.

Natural de Belo Horizonte, Alceu Torres nasceu em 21 de fevereiro de 1962. Em 1985, concluiu os cursos de

Direito na UFMG e de Engenharia Industrial Elétrica no Cefet. Ingressou no Ministério Público em 1987, como promotor de Justiça. Atuou em várias cidades do interior de Minas e na Capital, onde foi promovido ao cargo de procurador de Justiça.

Trabalhador incansável e idealista, de 2007 a 2008, como procurador-geral de Justiça adjunto jurídico, presidiu a Comissão do Conselho Superior do Ministério Público. Organizou um mutirão para a análise de mais de 5.000 processos criminais que aguardavam manifestação. À frente da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, Alceu Torres fala à **Revista de Estudos & Informações**.

Revista de Estudos & Informações - Que balanço V. Exa. faz desses primeiros meses de gestão como procurador-geral de Justiça?

Alceu José Torres Marques - Esses primeiros meses foram de estruturação, de organização. Um período atípico em função da necessidade de replanejamento das nossas propostas de trabalho, tendo em vista a crise financeira mundial. Nós estamos um pouco contidos no que diz respeito aos investimentos que pretendemos fazer para o fortalecimento do Ministério Público de Minas Gerais. No entanto, estamos otimistas de que, no segundo quadrimestre, conseguiremos implementar os avanços necessários.

REI - Durante a campanha para o cargo de procurador-geral de Justiça, V. Exa. defendeu investimentos para aproximar a Instituição da sociedade. Agora, à frente do Ministério Público Estadual (MPE), o que será feito para concretizar a proposta?

AJTM - Com o intuito de aumentar a proximidade entre nossa Instituição e a sociedade, estamos criando a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, que atuará estrategicamente para que o Ministério Público esteja diretamente ligado às entidades e organizações que formam a base da sociedade. Nossa intenção é orientar a atuação dos membros do MPE para as necessidades mais primárias da população. A coordenadoria ficará a cargo do colega Fernando Fagundes e caberá a ele fazer a ponte entre os órgãos de execução e a sociedade.

REI - Logo após ser empossado como procurador-geral de Justiça, V. Exa. declarou que daria ênfase à área de segurança pública. Quais medidas específicas pretende desenvolver nessa área?

AJTM - Além da integração dos trabalhos dos promotores de Justiça que atuam nessa frente, pretendemos criar a Promotoria de Justiça Estadual de Defesa Social, que se encarregará do trabalho político-institucional da área de segurança pública. Essa Promotoria de Justiça terá a função de fomentar as políticas públicas em todo o Estado e fazer com que os membros do MPE atuem de forma articulada entre si e em parceria com órgãos externos, tais como Polícias Civil e Militar, Secretaria de Estado de Defesa Social e Secretaria Nacional de Segurança Pública, buscando convênios e olhando, com ênfase, as questões relativas ao sistema penitenciário de Minas Gerais.

REI - Outras metas destacadas por V. Exa. envolvem o meio ambiente, o acompanhamento da educação das crianças e adolescentes e a defesa do consumidor. Com base nesses temas, que projetos estão previstos para este ano?

AJTM - Essas são áreas de atuação já bem difundidas dentro do MPE, onde temos uma atuação bem marcante. Portanto, os nossos projetos serão implantados no sentido de consolidar esse trabalho. Acredito que agora o grande desafio é fazer com que o nosso trabalho tenha resultados concretos, e que sejamos capazes de interferir na qualidade de vida das pessoas. Para isso, estamos apostando no diálogo constante com todos os setores envolvidos nas questões.

REI - Minas Gerais é o berço de uma grande riqueza histórica e cultural. Em março, V. Exa. participou, na cidade de Ouro Preto, do VI Encontro do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural. Qual é o papel do MPE na defesa e promoção dos bens culturais da nossa região?

AJTM - O congresso serviu para demonstrar que o MP mineiro é referência nacional na defesa do patrimônio artístico, histórico e cultural. Estamos desenvolvendo trabalhos que nos colocam à frente de outros Estados da Federação. Essa é uma área ainda muito sensível e pouco difundida, mas podemos constatar bons resultados, principalmente, na recuperação de peças furtadas em cidades históricas. Realizamos, ainda, um trabalho menos perceptível, de caráter preventivo, com o objetivo de evitar que o tráfico de obras do patrimônio histórico continue. As instituições e as pessoas que atuam nesse meio reconhecem a importância dessa atuação.

REI - No ano passado, os casos de nepotismo no Legislativo marcaram o noticiário mineiro. Mesmo com a defesa da contratação de parentes por alguns políticos, muitos acabaram por afastar essas pessoas dos cargos públicos. Qual a postura que pretende adotar em relação ao assunto?

AJTM - Essa questão não é localizada, e sim nacional. A postura do Ministério Público é dar cumprimento à Súmula Vinculante n. 13 do Supremo Tribunal Federal. Temos procurado esclarecer a todos os agentes públicos a aplicação dessa norma. A solução agora é dar cumprimento à súmula que resolve a questão em âmbito nacional.

REI - O MPE tem dado destacada atenção aos crimes digitais. Em termos factuais, por que essa ação especializada?

AJTM - A internet se tornou talvez o campo mais seguro para a prática de delitos, favorecendo a impunidade. A individualidade e o patrimônio das pessoas estão sendo expostos, colocando em risco, sobretudo, os mais jovens. Por exemplo, as pessoas não vão deliberadamente a um local se elas sabem que aquele é um ponto de criminalidade. Com a facilidade tecnológica, o ponto de criminalidade pode estar no quarto dos nossos filhos e nós não temos noção de quem pode estar do outro lado da rede. Atualmente, existe uma série de crimes praticados na Web, como furto, estelionato, além dos crimes contra a honra. Diante dessa crescente demanda, sentimos a necessidade de ter uma Promotoria de Justiça especializada no combate aos crimes cibernéticos. Por isso, criamos, em junho de 2008, a Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos, estabelecendo um canal direto que possibilita ao cidadão denunciar crimes dessa natureza. Esse canal de denúncias recebe em média dez denúncias por dia, que são analisadas e, havendo indícios da prática de crime, são iniciados os procedimentos necessários à elucidação do fato.

REI - No parecer de V. Exa., qual é a causa da morosidade do processo judicial em Minas Gerais?

AJTM - A morosidade vem da própria natureza do processo judicial no Brasil, que permite uma grande quantidade de recursos e possui um formalismo exagerado. Creio que o próprio procedimento brasileiro - talvez por nossa origem latina - foi pensado para ser barato, solene e moroso. Nós nos acostumamos com isso ao longo de nossa história, mas esse é um desafio a ser rompido: fazer com que o sistema judiciário se torne mais eficiente e ágil. Essa é uma missão que deve ser assumida por todas as instituições ligadas à Justiça.

REI - Na avaliação de V. Exa., qual a importância da Justiça Militar estadual para o Estado de Minas Gerais?

AJTM - A Justiça Militar em Minas Gerais mostra uma trajetória de mais de sete décadas de bons serviços prestados ao Estado, com austeridade, integridade e rigoroso cumprimento da lei. Creio que a Justiça Militar exerça uma importância fundamental para o aprimoramento da ordem jurídica e social. Pela sua especialida-



Foto: Arquivo MPMG

“Acredito que agora o grande desafio é fazer com que o nosso trabalho tenha resultados concretos, e que sejamos capazes de interferir na qualidade de vida das pessoas.”

de, tem mais condições de proteger os bens jurídicos tutelados pela lei penal militar, tratando das questões afetas ao exercício da atividade dos militares mineiros.

Tanto pelos integrantes da Justiça Militar quanto pelo papel histórico da própria Instituição ao longo dos anos, é importante, não só para o Ministério Público como também para os demais órgãos, que mantenhamos com a Justiça Militar uma relação de integração, uma conduta de proximidade e de parceria.